

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.100 - PE (2019/0036792-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**  
**RECORRIDO : LUCIA OLIVEIRA DA SILVA**  
**ADVOGADOS : GERALDO ANTUNES DE ARAÚJO - PE007974**  
**JEAN CHARLES ARAÚJO SAMPAIO - PE015490**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO ESPECIAL. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 (VINTE E UM) ANOS. OFENSA AO ART. 485, VI, DO CPC/2015. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ANÁLISE. INVIABILIDADE. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 5º, II E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 3.373/58. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. ACÓRDÃO Nº 292/2012, SÚMULA Nº 285 E ACÓRDÃO Nº 2.780/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. REQUISITO NÃO PREVISTO EM LEI. ILEGALIDADE. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E DA SEGUNDA TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL SUPERIOR. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fl. 209/210):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO DE EX-SERVIDOR PÚBLICO EMENTA FEDERAL. FILHA MAIOR, SOLTEIRA E NÃO OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO PERMANENTE. REVISÃO E EVENTUAL CANCELAMENTO DETERMINADOS POR AUTORIDADE DE MINISTÉRIO, AUTARQUIA OU ÓRGÃO FEDERAL, COM BASE EM ACÓRDÃO DO TCU. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL E LEGITIMIDADE DA FUNASA. PERCEPÇÃO ACUMULATIVA DA PENSÃO COM RENDIMENTO DE EMPREGO OU ATIVIDADE LABORAL NA INICIATIVA PRIVADA. POSSIBILIDADE. LEI Nº. 3.373/58.

1. A autora foi notificada para apresentar manifestação acerca da revisão de sua pensão, instituída com base na Lei nº 3.373/58, tendo em vista indícios de descaracterização da condição de dependência econômica em relação ao instituidor, ante a acumulação do benefício com salário de atividade laboral privada, em desacordo com os Acórdãos 892/2012 e 2.780/2016, ambos do TCU. A sentença concedeu a segurança, determinando que a UFPE se abstenha de suspender a pensão da autora.

2. Quando essa matéria é discutida em sede de mandado de segurança,

# *Superior Tribunal de Justiça*

como no caso dos autos, a jurisprudência deste TRF5 vem afastando as alegações de ilegitimidade passiva e de incompetência da Justiça Federal, por considerar que a ação mandamental não é contra a decisão do TCU, mas contra ato de autoridade no âmbito de ministério, autarquia ou outro órgão federal, especificamente direcionado à uma pensionista, que apenas se baseia no acórdão da Corte de Contas. Além disso, no referido Acórdão (nº 2.780/2016) não houve determinação do TCU acerca da suspensão do benefício, tendo aquela Corte atribuído aos órgãos pagadores a análise de cada caso concreto, até porque a competência para cassar o benefício é do órgão ao qual está vinculado o instituidor da pensão (08091206220174050000, AG/SE, Desembargador Federal Edílson Nobre, 4ª Turma, Julgamento: 14/12/2017; 08072897620174050000, AG/SE, Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, 1ª Turma, Julgamento: 15/12/2017).

3. Diante da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, e por ser a única responsável pelo pagamento da pensão discutida no feito, possui a FUNASA legitimidade para figurar no polo passivo da demanda.

4. Quanto ao mérito, o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58 garantia o pagamento de pensão à filha solteira de ex-servidor público, de qualquer idade, desde que não ocupante de cargo público permanente.

5. Revela-se desnecessária a discussão acerca da existência de dependência econômica da pensionista em relação ao instituidor do benefício, haja vista não haver qualquer exigência a esse respeito na legislação de regência ( ). STJ, REsp nº 1571799/AL, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 16/02/2016 6. De igual modo, não havia na lei hipótese de cessação da pensão calcada no exercício, pela pensionista, de outra atividade laborativa que lhe gerasse algum tipo de renda, à exceção de cargo público permanente (MS 34633 MC/DF e MS 34677 MC/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin, publicadas respectivamente no DJe de 24/03/2017 e de 04/04/2017).

7. O exercício de atividade laboral privada, que não se confunde com cargo público, pois caracterizam institutos distintos, não afasta da pensionista, nos termos da legislação de regência, o direito à percepção do benefício vindicado ( MS/SE nº 08040774720174050000, Rel. Des. Fed. Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo (Convocado), Primeira Turma, Julgamento: 28/07/2017; AC/CE nº 08011404820164058100, Rel. Des. Fed. Ivan Lira de Carvalho, Segunda Turma, Julgamento: 15/12/2016).

8. Assim, enquanto a titular da pensão permanece solteira e não ocupa cargo permanente, independentemente da análise da dependência econômica, porque não é condição essencial prevista em lei, tem ela incorporado ao seu patrimônio jurídico o direito à manutenção dos pagamentos da pensão concedida sob a égide de legislação então vigente ( MS 34633 MC/DF e MS 34677 MC/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin, publicadas respectivamente no DJe de 24/03/2017 e de 04/04/2017).

9. No mais, esta Primeira Turma negou provimento ao agravo de instrumento interposto contra a decisão liminar que manteve o pagamento da pensão à apelada ( 0807580-76.2017.4.05.0000, AG/PB, Desembargador Federal Roberto Machado, 1ª Turma, Julgamento: 16/11/2017).

10. Apelação improvida.

Opostos embargos de declaração pela FUNASA, foram eles rejeitados conforme acórdão juntado às e-STJ fls. 240/242.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da

Constituição Federal, a recorrente alega:

a) ofensa ao art. 485, VI, do CPC/2015, por ilegitimidade passiva da autoridade apontada como coatora no mandado de segurança, ao argumento de que o cancelamento da pensão especial de filhas solteiras maiores de 21 (vinte e um) anos de idade que não demonstrassem a dependência econômica em relação ao instituidor do benefício foi determinado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.780/2016, sendo a autoridade apontada como coatora mera executora da ordem, razão pela qual o ato impugnado foi praticado pelo Tribunal de Contas da União;

b) violação ao art. 5º, II e parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, ao argumento de que a recorrida não faria jus à pensão por ter sido cessada a dependência econômica em relação ao(à) instituidor(a) do benefício, tendo em vista que possui vínculo empregatício, auferindo renda certa. Sustenta que de acordo com a Súmula nº 285 e com o Acórdão nº 892/2012, ambos do Tribunal de Contas da União, a dependência econômica em relação ao instituidor do benefício é requisito indispensável tanto para a concessão quanto para a manutenção da pensão especial prevista no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, sendo ilegal a percepção do benefício por filha maior que tenha qualquer outra fonte de rendimentos suficiente para garantir sua subsistência condigna.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas às e-STJ fls. 271/277.

Decisão de admissibilidade do recurso prolatada à e-STJ fl. 279.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que tange a alegada ofensa ao art. 485, VI, do CPC/2015, verifica-se que o Tribunal de origem, ao analisar a matéria fático-probatória dos autos, reconheceu a legitimidade passiva da recorrente ao argumento de que o mandado de segurança não foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Contas da União, mas contra ato específico praticado pela própria recorrente direcionado a uma pensionista. Ademais, consignou que o Acórdão nº 2.780/2016 do TCU não determinou a suspensão da pensão da recorrida, mas apenas orientou os órgãos pagadores a análise de cada caso concreto. Por fim, aduziu que a FUNASA, ante sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, era a única responsável pelo pagamento da pensão discutida na demanda, razão pela qual possuiria legitimidade para figurar no polo passivo do writ. Destacam-se os seguintes trechos do voto condutor do acórdão de apelação (e-STJ fl. 208):

A autora foi notificada para apresentar manifestação acerca da revisão de sua pensão, instituída com base na Lei nº 3.373/58, tendo em vista indícios de descaracterização da condição de dependência econômica em relação ao instituidor, ante a acumulação do benefício com salário de atividade laboral privada, em desacordo com os Acórdãos 892/2012 e 2.780/2016, ambos do TCU. A sentença concedeu a segurança, determinando que a UFPE se abstenha de suspender a pensão da autora.

Inicialmente, registro que, quando essa matéria é discutida em sede de mandado de segurança, como no caso dos autos, a jurisprudência deste TRF5 vem afastando as alegações de ilegitimidade passiva e de incompetência da Justiça Federal, por considerar que a ação mandamental não é contra a decisão do TCU, mas contra ato de autoridade no âmbito de ministério, autarquia ou outro órgão federal, especificamente direcionado à

# Superior Tribunal de Justiça

uma pensionista, que apenas se baseia no acórdão da Corte de Contas. Além disso, no referido Acórdão (nº 2.780/2016) não houve determinação do TCU acerca da suspensão do benefício, tendo aquela Corte atribuído aos órgãos pagadores a análise de cada caso concreto, até porque a competência para cassar o benefício é do órgão ao qual está vinculado o instituidor da pensão ( 08091206220174050000, AG/SE, Desembargador Federal Edílson Nobre, 4ª Turma, Julgamento: 14/12/2017; 08072897620174050000, AG/SE, Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira ). Filho, 1º Turma, Julgamento: 15/12/2017 No mais, diante da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, e por ser a única responsável pelo pagamento da pensão discutida na demanda, possui a FUNASA legitimidade para figurar no polo passivo do feito.

Rever esse entendimento demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento vedado em sede de recurso especial ante o óbice previsto na Súmula nº 7/STJ: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido, os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUTORIDADE IMPETRADA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CLÁUSULAS EDITALÍCIAS E CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. O Tribunal a quo considerou demonstrada a legitimidade do Presidente da Comissão de Concursos para figurar no polo passivo do mandado de segurança com base nas cláusulas editalícias do certame e no contexto fático-probatório. Infirmar essa premissa encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 380.501/PI, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 16/10/2014)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AFERIÇÃO DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA AUTORIDADE APONTADA COATORA, NO WRIT. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. PRECEDENTES DA CORTE. PRETENSÃO DE APRECIÇÃO DE ALEGADA OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE, NA VIA DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. “Não há omissão no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão” (STJ, AgRg no REsp 1.054.145/RS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, DJe de 11/03/2014).

II. Quanto à ilegitimidade passiva ad causam da autoridade apontada coatora, alterar o entendimento do Tribunal de origem ensejaria, inevitavelmente, o reexame fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pela Súmula 7 desta Corte. Nesse sentido: STJ, REsp 1.188.311/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/10/2011.

# *Superior Tribunal de Justiça*

III. A análise de alegada violação a dispositivos constitucionais não encontra amparo na via especial, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedentes do STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 546.618/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/09/2014, DJe 30/09/2014)

Em relação à tese de que é indispensável a comprovação da dependência econômica para a concessão e para a manutenção da pensão especial prevista no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, razão não assiste à recorrente.

Verifica-se dos autos que a recorrida impetrou o presente mandado de segurança pleiteando que a recorrente não suspendesse a pensão especial por ela recebida com base na Lei nº 3.373/58.

A segurança foi concedida, conforme sentença proferida em 17/10/2017 (e-STJ fls. 135/139), mantida pelo Tribunal de origem, ao argumento de que seria ilegal a exigência de comprovação de dependência econômica em relação ao instituidor do benefício, pois tal requisito não estava previsto no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58.

Destacam-se os seguintes trechos do voto condutor do acórdão de apelação (e-STJ fls. 208/209):

Quanto ao mérito, o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58 garantia o pagamento de pensão à filha solteira de ex-servidor público, de qualquer idade, desde que não ocupante de cargo público permanente.

Confira-se:

Art. 5º. Para os efeitos do artigo anterior, considera-se família do segurado:

II -Para a percepção de pensões temporárias: a) o filho de qualquer condição, ou enteado, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;

b) o irmão, órfão de pai e sem padrasto, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos nem enteados.

Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.

Revela-se desnecessária a discussão acerca da existência de dependência econômica da pensionista em relação ao instituidor do benefício, haja vista não haver qualquer exigência a esse respeito na legislação de regência (STJ, REsp nº 1571799/AL, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 16/02/2016).

De igual modo, não havia na lei hipótese de cessação da pensão calcada no exercício, pela pensionista, de outra atividade laborativa que lhe gerasse algum tipo de renda, à exceção de cargo público permanente ( MS 34633 MC/DF e MS 34677 MC/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin, publicadas respectivamente no DJe de 24/03/2017 e de 04/04/2017).

O exercício de atividade laboral privada, que não se confunde com cargo público, pois caracterizam institutos distintos, não afasta da pensionista, nos termos da legislação de regência, o direito à percepção do benefício vindicado ( MS/SE nº 08040774720174050000, Rel. Des. Fed. Rodrigo Vasconcelos Coelhode Araújo (Convocado), Primeira Turma, Data do Julgamento: 28/07/2017; AC/CE nº 08011404820164058100, Rel. Des. Fed.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ivan Lira de Carvalho, Segunda Turma, Data do Julgamento: 15/12/2016). Assim, enquanto a titular da pensão permanece solteira e não ocupa cargo permanente, independentemente da análise da dependência econômica, porque não é condição essencial prevista em lei, tem ela incorporado ao seu patrimônio jurídico o direito à manutenção dos pagamentos da pensão concedida sob a égide de legislação então vigente ( MS 34633 MC/DF e MS 34677 MC/ DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin, publicadas respectivamente no DJe de 24/03/2017 e de 04/04/2017).

No mais, esta Primeira Turma negou provimento ao agravo de instrumento interposto contra a decisão liminar que manteve o pagamento da pensão à apelada ( 0808615-71.2017.4.05.0000, AG/PE, Desembargador Federal Roberto Machado, 1ª Turma, Julgamento: 30/11/2017).

Assim, nego provimento à apelação.

Com efeito, o art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, assim dispõe sobre a pensão especial devida à filha solteira maior de 21 (vinte) anos:

Art 5º Para os efeitos do artigo anterior, considera-se família do segurado:

I - Para percepção de pensão vitalícia:

- a) a esposa, exceto a desquitada que não receba pensão de alimentos;
- b) o marido inválido;
- c) a mãe viúva ou sob dependência econômica preponderante do funcionário, ou pai inválido no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo;

II - Para a percepção de pensões temporárias:

- a) o filho de qualquer condição, ou enteado, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;
- b) o irmão, órfão de pai e sem padrasto, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos nem enteados.

Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 892/2012 proferido em 18/04/2012, entendeu que a concessão e a manutenção da pensão especial estabelecida no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, estariam condicionadas à comprovação da dependência econômica em relação ao instituidor do benefício.

Referido entendimento foi sumulado na Corte de Contas, consoante enunciado da Súmula nº 285 do Tribunal de Contas da União:

Súmula TCU 285: A pensão da Lei 3.373/1958 somente é devida à filha solteira maior de 21 anos enquanto existir dependência econômica em relação ao instituidor da pensão, falecido antes do advento da Lei 8.112/1990.

O mesmo entendimento foi confirmado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.780/2016, prolatado em 1º/11/2016.

A jurisprudência deste Tribunal Superior ainda não havia se firmado sobre a questão, havendo julgados no sentido de ser necessária a comprovação da dependência econômica, e outros julgados nos quais foi afastada referida exigência. A propósito os seguintes precedentes:

# *Superior Tribunal de Justiça*

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. LEI 3.373/1958. VIGÊNCIA À ÉPOCA DO ÓBITO. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE VINTE E UM ANOS. CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA. ACUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA SOB O RGPS. POSSIBILIDADE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. SÚMULA 7/STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Controverte-se acerca de pensão por morte disciplinada pela Lei 3.373/1958, então vigente à data do óbito de seu instituidor.

2. Não houve prequestionamento do art. 485, VI, do CPC, de modo que incide, no ponto, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

3. A jurisprudência do STJ, com base em interpretação teleológica protetiva do parágrafo único do art. 5º da Lei 3.373/1958, reconhece à filha maior solteira não ocupante de cargo público permanente, no momento do óbito, a condição de beneficiária da pensão por morte temporária.

4. O Acórdão 892/2012 do TCU, referente à consulta formulada pela atual Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e que lastreou a decisão administrativa atacada, prevê que a filha solteira maior de 21 anos não poderá acumular os proventos de aposentadoria percebidos sob o RGPS com a pensão deferida com fundamento na Lei nº 3.373, de 1958, salvo se os proventos de aposentadoria representarem renda incapaz de proporcionar subsistência condigna, situação a ser verificada mediante análise caso a caso.

5. O exame dos argumentos relacionados à comprovação da dependência econômica da recorrida em relação ao seu falecido genitor exige revolvimento fático-probatório, procedimento vedado no âmbito do Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1756495/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 21/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 3.373/1958. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE VINTE E UM ANOS. CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA. PRECEDENTES DO STJ.

1. O recurso especial da parte autora merece ser provido, porquanto o aresto regional destoa da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, segundo a qual o art. 5º, parágrafo único, da Lei n. 3.373/1958, assegura à filha maior solteira, não ocupante de cargo público permanente, o direito à pensão temporária, independente do óbito do instituidor do benefício ser superveniente à maioridade da filha.

2. A tese levantada pela ora agravante, acerca da necessidade de comprovação da dependência econômica em relação ao instituidor do benefício, não se aplica à hipótese dos autos, na qual, nos termos da Lei nº 3.373/58, deve ser deferido o pensionamento à filha solteira, não ocupante de cargo público permanente. Com efeito, os julgados colacionados não guardam similitude fática com o caso vertente, na medida em que fazem referência à filha desquitada/separada judicialmente, e ao benefício das Leis 3.765/60 e 4.242/63, que asseguram pensão especial à filha de ex-combatente.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1695392/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA,

# *Superior Tribunal de Justiça*

PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 05/06/2018)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LEI N.º 3.373/58. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO. REVERSÃO PARA FILHA SEPARADA, DIVORCIADA OU DESQUITADA. EQUIPARAÇÃO À SOLTEIRA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PARA COM O INSTITUIDOR DO BENEFÍCIO. IMPRESCINDÍVEL. EXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO NA INSTÂNCIA ESPECIAL. ÓBICE DA SÚMULA 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a filha separada - desquitada ou divorciada -, desde que comprovada a dependência econômica para com o instituidor do benefício, é equiparada à solteira para recebimento da pensão instituída por servidor público falecido, nos termos da Lei n.º 3.373/58.

Precedentes.

2. Para a concessão do direito vindicado, é imprescindível que esteja devidamente comprovada a dependência econômica da filha separada em relação ao instituidor do benefício, sendo certo que essa verificação passa, necessariamente, pelo revolvimento do conjunto fático-probatório da demanda.

3. Impõe-se o retorno dos autos ao Tribunal a quo, soberano na análise do conjunto fático probatório, a fim de que sejam apreciadas as provas coligidas aos autos, o que não pode ser realizado nesta instância especial em face da vedação imposta pela Súmula n.º 07 do Superior Tribunal de Justiça, mas é dever de ofício das instâncias ordinárias.

4. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1050037/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 23/03/2012)

Contudo, a Primeira e a Segunda Turmas do Supremo Tribunal Federal, em recentes julgados, firmaram o entendimento de ser ilegal o Acórdão nº 2.780/2016 do Tribunal de Contas da União, pois indevida a exigência de demonstração da dependência econômica em relação ao instituidor do benefício, uma vez que referido critério não possui previsão legal, estando a pensão especial condicionada somente à manutenção da condição de solteira e à ausência de ocupação de cargo público permanente, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, em respeito aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do tempus regit actum.

Nesse sentido os seguintes precedentes da Suprema Corte:

CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO 2.780/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). EXCLUSÃO DE PENSÃO DE FILHA MAIOR E SOLTEIRA COM BASE EM REQUISITO NÃO PREVISTO NA LEI 3.373/1958. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 23 da Lei 12.016/2009, conta-se da ciência inequívoca do ato impugnado. 2. Segundo o art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958, as hipóteses de exclusão são restritas ao casamento ou posse em cargo público permanente. Dessa forma, a criação de hipótese de exclusão não prevista



# *Superior Tribunal de Justiça*

pela Lei 3.373/1958 (demonstração de dependência econômica) fere o princípio da legalidade. 3. Essa conclusão reflete a posição, recentemente, fixada pela 2ª Turma (Sessão Virtual de 8.3.2019 a 14.3.2019), ao apreciar 265 Mandados de Segurança, todos de relatoria do Ministro EDSON FACHIN, que concluiu pela ilegalidade do mesmo Acórdão 2.780/2016 TCU. 4. Agravo interno a que se nega provimento.

(MS 35414 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/03/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-069 DIVULG 04-04-2019 PUBLIC 05-04-2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO 2.780/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDO COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 3.373/1958. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. PRECEDENTE DA SEGUNDA TURMA (ms 34.873/df). 1. Este Tribunal admite a legitimidade passiva do Tribunal de Contas da União em mandado de segurança quando, a partir de sua decisão, for determinada a exclusão de um direito. Precedentes. 2. A jurisprudência desta Corte considera que o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 23 da Lei n.º 12.016/2009 conta-se da ciência do ato impugnado, quando não houve a participação do interessado no processo administrativo questionado. 3. Reconhecida a qualidade de dependente da filha solteira maior de vinte e um anos em relação ao instituidor da pensão e não se verificando a superação das condições essenciais previstas na Lei n.º 3373/1958, que embasou a concessão, quais sejam, casamento ou posse em cargo público permanente, a pensão é devida e deve ser mantida, em respeito aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do tempus regit actum. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(MS 34850 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 15/03/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019)

Referido entendimento, conquanto firmado sobre o Acórdão nº 2.780/2016 do Tribunal de Contas da União, também deve ser aplicado ao Acórdão nº 892/2012 e à Súmula nº 285 da Corte de Contas, pois considerada ilegal a mesma condição neles fixada para o recebimento da pensão especial.

Logo, a jurisprudência desta Corte Superior deve ser ajustada ao novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, sendo indevida a comprovação da dependência econômica em relação ao instituidor do benefício para a manutenção da pensão especial prevista no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58.

Nesse mesmo sentido já foi proferido o seguinte julgado desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. PRECEDENTES DO STJ. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

I - Na origem trata-se de ação objetivando o restabelecimento da pensão deixada pelo genitor da parte autora, ex-servidor federal, que foi cancelada em cumprimento a acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU, bem

# *Superior Tribunal de Justiça*

como o consequente pagamento das prestações mensais suprimidas, devidamente corrigidas. Na sentença, julgou-se procedente os pedidos, condicionando-os a renúncia do benefício previdenciário de aposentadoria especial pela parte. No Tribunal, negou-se provimento à apelação da parte ré.

II - A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que o art. 5º, parágrafo único, da Lei n. 3.373/1958 assegura à filha maior solteira, não ocupante de cargo público permanente, o direito à pensão temporária. Ademais, a tese levantada pela recorrente, acerca da necessidade de comprovação da dependência econômica em relação ao instituidor do benefício, não se aplica à hipótese dos autos, na qual, nos termos da Lei n. 3.373/58, deve ser deferido o pensionamento à filha solteira, não ocupante de cargo público permanente. Neste sentido: AgInt no REsp n. 1.695.392/RJ, Rel.

Ministro Sérgio Kukina, julgado em 22/5/2018, DJe 5/6/2018 e REsp n. 1.476.022/RN, Rel. Ministro Herman Bejamin, julgado em 4/11/2014, DJe 27/11/2014.

III - Por outro lado, verifica-se que os julgados colacionados não guardam similitude fática com o caso vertente, na medida em que fazem referência à filha desquitada/separada judicialmente, e ao benefício das Leis n. 3.765/60 e 4.242/63, que asseguram pensão especial à filha de ex-combatente.

IV - Além disso, ainda que ultrapassados os óbices anteriores, verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca da desconfiguração da dependência econômica, ante o recebimento de aposentadoria especial, vai de encontro às convicções do julgador a quo, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu, à fl. 193, que a autora "demonstrou manter dependência econômica do servidor extinto, de modo que o pagamento da pensão decorrente do falecimento do seu genitor deve ser mantida". Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1769260/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 28/05/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator